

## **A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE UMA COMUNIDADE COMO FORMA DE COMPREENSÃO DE SUAS PECULIARIDADES LINGÜÍSTICAS: O CASO DA COMUNIDADE DO RIO PARDO EM ITAPETINGA-BA**

**Lúcia Gracia Ferreira<sup>1</sup>**  
**Jorge Augusto Alves da Silva<sup>2</sup>**  
**Maria das Graças Porto Pires<sup>3</sup>**

**RESUMO:** O objetivo desse estudo é demonstrar como a constituição de uma comunidade pode favorecer a compreensão de sua identidade lingüística. Entendemos “identidade lingüística” como os falantes se vêem e vêem aqueles que lhes são próximos. Além disso, procuramos investigar a interferência da linguagem oral na língua escrita numa comunidade rural do município de Itapetinga-BA como forma de propor práticas pedagógicas que possam fornecer ao utente meios de aprendizagem da norma culta. Sabemos que as comunidades lingüísticas são influenciadas, principalmente, pela cultura que faz com que o dialeto usado naquela comunidade se fortaleça pelos princípios de coesão do grupo. A formação cultural é fator primordial no desenvolvimento lingüístico do indivíduo, por isso deve ser conhecida a fim de ser respeitada pela escola. Podemos perceber, nesse estudo, que uma comunidade se distingue no modo de falar de uma outra comunidade não só pela cultura ou pelo dialeto, mas também pela mobilidade geográfica.

**Palavras-chave:** comunidade lingüística, cultura, linguagem, identidade.

**ABSTRACT:** The objective of that study is to demonstrate as a community's constitution can favor the understanding of his/her linguistic identity. We understood "linguistic identity" as the speakers see each other and they see those that are them close. Besides, we tried to investigate the interference of the oral language in the language written in a rural community of the municipal district of Itapetinga-nanny as form of proposing pedagogic practices that can supply to the utente means of learning of the educated norm. We know that the communities linguistics are influenced, mainly, for the culture that does with that the dialect used in that community strengthens for the beginnings of cohesion of the group. The cultural formation is primordial factor in the individual's linguistic development, for that it should be known in order to be respected by the school. We can notice, in that study, that a community stands out in the way of speaking of another community not only for the culture or for the dialect, but also for the geographical mobility.

**Keyword:** linguistic community, culture, language, identity.

---

<sup>1</sup> Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Especialista em Linguagem, Pesquisa e Ensino pela UESB/ Vit. da Conquista. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia

<sup>2</sup> Doutor em Lingüística. Professor Adjunto da UESB/ Vit. da Conquista/ DELL.

<sup>3</sup> Pedagoga pela UESB/Itapetinga. Especialista em Linguagem, Pesquisa e Ensino pela UESB/ Vit. da Conquista.

## 1. Introdução

Esta pesquisa objetivou conhecer se havia interferência da linguagem oral na língua escrita na comunidade rural do Rio Pardo em Itapetinga-BA. Também procuramos analisar os fenômenos lingüísticos (que foram objetos da pesquisa) e conhecer esta comunidade: seus costumes, seu dialeto, sua cultura. Portanto, o recorte desse estudo trata da constituição histórico-social dessa comunidade como forma de compreensão de suas peculiaridades lingüísticas. Este trabalho, constitui-se, pois, em um recorte da monografia de conclusão de curso (pós-graduação *lato sensu*), realizado a partir de uma pesquisa de campo, norteadada pela Teoria Sociolingüística.

## 2. Comunidade Lingüística e Coesão Cultural

Sílvio Elia (1998, p. 10) define comunidade lingüística como sendo: “Todo agrupamento humano dotado de um código verbal comum que, podendo não ser exclusivo, a todos se impõe, por meio de normas que funcionam como força de coesão e solidariedade social”. Com base nessa definição, podemos ver que não é possível definir “comunidade lingüística” sem abordar elementos culturais que formam uma comunidade. Assim, o código verbal comum deve garantir na opinião do autor a “coesão” e “solidariedade”. Do ponto vista da coesão, encaramos a ligação que faz os indivíduos constituírem “o agregado” para enfim estabelecer os elementos que compõem a norma de ligação, os princípios norteadores da reunião do grupo. Por solidariedade, entendemos a relação dos indivíduos entre si na perfeita harmonia que forma o “agregado”. Logo, coesão e solidariedade definem muito bem a relação interna entre os elementos que compõem uma comunidade lingüística.

Devemos reconhecer que a coesão e a solidariedade pressupõem a incorporação de sistemas ou normas de valores só explicáveis através da cultura. Fica, portanto, fácil verificar a relação direta que existe entre tais elementos e a cultura que se torna, ao mesmo tempo, força geradora e impulsionadora dos valores lingüísticos. Somam-se se a esses atributos a idéia de

identidade lingüística e a importância de conhecermos a história de uma comunidade para caracterizarmos tal identidade. Entendemos como “identidade lingüística” como os falantes se vêem e vêem aqueles que lhes são próximos. Sabemos que nesse aspecto a cultura desempenha um papel fundamental. Conforme Silva (1993, p. 28):

O papel da cultura é o de codificar o mundo, ou melhor dizendo, a cultura contém a trama de signos com que as pessoas significam os objetos, os acontecimentos, as situações e as outras pessoas que as rodeiam. Cada indivíduo, de posse do código, se movimenta facilmente no universo de sua cultura, age na certeza de ter seu comportamento confirmado pelo grupo.

Assim, pensando, podemos afirmar que embora o signo em sua natureza seja arbitrário, seu valor simbólico dentro da comunidade coesa de utentes não o é. Os signos lingüísticos são um bem cultural e recebem a influência do contexto onde a linguagem está inserida. Por isso, não podemos esquecer o alerta que nos dá Magda Soares ao afirmar que a linguagem é produto cultural, mas ao mesmo tempo é instrumento para propagação de seus valores. (SOARES, 2002).

Souza (1995) nos diz que o termo cultura deriva do verbo latino *colere*, que significa “cultivar”; “honrar”; “tomar conta”; e “cuidar”. Assim, cultura inclui um conjunto de conhecimentos, crenças religiosas, arte, moral, direito, costumes que o homem adquire não sociedade. Geertz (1989) refere-se à cultura como uma “teia de significados”, extremamente necessária aos seres humanos. É a partir dessa idéia que entendemos a linguagem como produtora de sentidos, pois é pela experiência de mundo vivenciada pelo indivíduo que este vai expressar-se no mundo. A cultura é responsável, por exemplo, por uma consecução da linguagem impregnada por um determinado contexto social, pois o sujeito sociocultural se forma nesse contexto com uma história cultural adquirida através das experiências vivenciadas. Teixeira (1996, p. 183) relata que “os sujeitos sócio-culturais constituem-se, pois, em suas experiências vividas no mundo, pelas quais se fazem a si mesmos e à história humana”.

A formação cultural é fator primordial no desenvolvimento lingüístico do indivíduo, por isso deve ser conhecida a fim de ser respeitada pela escola. Ao privilegiar o dialeto-padrão e,

muitas vezes, até o impor, a escola pode sim influenciar na mudança do dialeto falado por alunos de comunidade rural, mas reconhecemos que o respeito à cultura desses deve ser mantido. A escola deve propor o dialeto-padrão e trabalhar o reconhecimento do aluno quanto a este dialeto, conscientizando-o de que, ao buscar uma vida melhor através dos estudos, ele irá precisar deste dialeto de prestígio.

Sabemos que as comunidades lingüísticas são influenciadas, principalmente, pela cultura que faz com que o dialeto usado naquela comunidade se fortaleça pelos princípios de coesão do grupo. Por outro lado, não podemos conceber a idéia de “coesão” como “uniformidade” ou “invariabilidade”. A coesão entre os falantes de determinada comunidade lingüística não lhes tolhe a individualidade nem a possibilidade de variação. Esposa essa idéia Tânia Alkimim ao afirmar que:

Ao estudar qualquer comunidade lingüística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolingüística reserva o nome de *variedades lingüísticas* (ALKMIM, 2001, p. 32. grifo do autor).

E ainda afirma que:

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Concretamente: o que chamamos de “língua portuguesa” engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil [...] (ALKMIM, 2001, p. 33).

A idéia de variação pode ir mais além abrangendo a concepção da variação entre os elementos do agregado e da variação do próprio utente. Assim, uma comunidade rural distingue-se no modo de falar de uma comunidade urbana não apenas pela localização espacial em si, mas pela formação cultural que diferencia o rural do urbano.

### **3. A Comunidade de Fala**

As línguas são passíveis tanto de variação quanto de mudança, no entanto, a mudança não é um fato visível, mas discreto que leva anos a ser implementada. Assim, podemos ver em dada língua diversos estágios de mudança. Em nosso estudo, consideramos a premissa de que a cidade é um pólo inovador e que o meio rural, por sua natureza, encontra-se no pólo da conservação de valores atávicos. Dessa forma, a análise da comunidade rural há de demonstrar não só sua constituição populacional, mas sua formação histórica e que elementos dessa formação interferem na preservação das características lingüísticas.

A escola pesquisada fica numa comunidade ribeirinha localizada na Fazenda Goitacaz (conforme Figura 1) que pertenceu a uma das famílias importantes da cidade de Itapetinga – BA. Por sua posição estratégica, o grupo escolar atrai moradores de diversas fazendas vizinhas, incluindo-se aqui a comunidade da Ilha do Rio Pardo.



**Figura 1** – Localização da escola pesquisada

Segundo relatos de moradores que viram a fundação da escola, a escola situa-se no meio de oito fazendas que outrora pertenciam a uma família, mas o desmembramento do latifúndio

deu-se por ocasião da partilha de bens por causa da morte do ex-proprietário. Muitos desses moradores recusaram-se a mudar das fazendas, mesmo depois da divisão das partes pelos herdeiros, já que ali possuíam bem culturais e afetivos, como por exemplo, o cemitério em que descansam seus entes queridos. Tal atitude levou-os a ocuparem os espaços ribeirinhos e lá reconstruírem suas famílias, mesmo em condições precárias.

Três fazendas situam-se na Ilha do Rio Pardo e seus moradores praticam a pesca de subsistência, usam canoas para se locomoverem e sofrem agruras no tempo das grandes cheias. A resistência do grupo deve-se à necessidade de manutenção do grupo pelo ofício praticado entre eles e da relação de compadrio originado de três gerações.

A escola Municipal Antonio Clarindo é freqüentada por filhos dos pescadores da Ilha e dos trabalhadores das fazendas, sendo uma escola rural não muito próxima da sede do Município. O dono da fazenda Goitacaz (antes de seu falecimento) idealizou a escola, construiu a estrutura física e ele mesmo pagava a professora. Ao fundar esta escola ele a chamou de “Antonio Clarindo” em homenagem ao primeiro trabalhador que o ajudou a desbravar o mato, onde depois tornou a fazenda. Quando foi construída a escola possuía energia solar, atendendo assim alunos no turno noturno, mas posteriormente a construção a fiação foi roubada. Hoje a escola não possui energia elétrica nem a maioria da comunidade.

A escola Antonio Clarindo situa-se a 54 km de distancia da sede do município de Itapetinga-BA. A escola começou a funcionar em 01 de março de 1976 e a primeira professora morava nas dependências da escola. A escola possui três salas de aulas e atende alunos da educação infantil a 4ª série, em classes multisseriadas. Ainda possui uma secretaria, uma cozinha, um depósito de merenda, uma área de serviços, três banheiros e um pátio de recreação. Recentemente, a escola passou por uma reforma: ampliação do muro, forro da secretaria, melhorias na cozinha e no depósito, foi pintada e houve retalhamento geral.

Em 1985 a escola Antonio Clarindo foi emancipada pelo decreto 1318 de acordo com o registro da Direc 14, 293/94. Durante um período de 2 anos (1991/1992) a escola esteve desativada (falta de professores). Mas, em 1993 a escola foi reativada. Atualmente, a escola é mantida pelos recursos do Caixa Escolar-UEX que administra e fiscaliza os recursos recebidos

pelas escolas, oriundos do FNDE, através do convênio para o PDDE (Projeto Dinheiro Direto na Escola).

#### 4. Características lingüísticas da comunidade e sua relação histórico-social

Percebemos durante o estudo que a constituição histórico-social de uma comunidade pode sim contribuir para a compreensão das suas peculiaridades lingüísticas.

Durante o período da pesquisa observou-se o momento das aulas. Foram feitas gravações orais do cotidiano dos alunos, de suas conversas, de suas leituras. Focamos o estudo no uso de pl>pr; cl>cr (fenômenos lingüísticos escolhidos para serem analisados). Focamos em algumas atividades como: ditado silencioso, em que foram mostradas as figuras e os alunos escreviam a palavra; ditado para completar; foi contada uma narrativa através de figuras cujas palavras deveriam ser escritas com pl>pr; cl>cr e; por fim; contou-se uma narrativa pudesse envolver a vida dos a fim de que eles se sentisse propensos a participarem interferindo na “contação dos causos”. Outros momentos das aulas também foram observados e gravados como: o momento em que contavam o Hino Nacional Brasileiro, as leituras individuais de textos e algumas conversas aleatórias. A todo o momento levou-se em consideração em sala de aula as práticas de ensino da norma culta.

Numa das atividades quando foi ditada a palavra *planta* 80% dos alunos falaram “pranta”. Esse fenômeno também ocorreu com percentual parecido quando foram ditadas outras palavras com “pl”. Quando foi ditada a palavra *prato*, por exemplo, acontecia outro fenômeno, os alunos falavam “pato”, ocultando o “r”. Quando eram palavras com “cl” e “cr” o resultado não era diferente. Assim, palavras com pl eram faladas com “pr”, e palavras com “pr” eram (na maioria das vezes) falada sem o “r”. Na escrita, estes fenômenos e este percentual foram semelhantes. Palavras como “bicicreta”, “biciqueta”, “xicrete”, “pranta”, “penda (prenda)”, “pruma (pluma)” etc., eram comum naquele cotidiano.

De acordo com as orientações sociolingüísticas dados referentes a aspectos como etnia, gênero, idade, série também foram pesquisados. Dos alunos pesquisados 16,6% são negros os



outros 84,4% são pardos; 79,16% são do sexo masculino e 20,84% são do sexo feminino; 91,6% dos alunos têm entre 8-10 anos, 4,2% tem 12 anos e 4,2% tem 13 anos. Todos estão na classe multisseriada de 1ª e 2ª série.

Houve momentos na pesquisa em que um aluno foi convidado pela professora para ler a frase “A árvore cresceu e floresceu”. O aluno leu dessa forma “O pé de pau creceu e foreceu”. Para eles, árvore é “pé de pau” e é dessa forma que eles (os outros alunos demonstraram o mesmo comportamento lingüístico) se referem, mesmo vendo no quadro a palavra escrita árvore, ao elemento extralingüístico “árvore” como a lexia própria de sua comunidade de fala.

Tal fenômeno pode ser explicado se considerarmos em nossa análise o entorno sociolingüístico em que vivem os alunos. Seus pais e avós são na maioria analfabetos e como sói em tal caso transmitem aos filhos a língua da forma que aprenderam de seus ancestrais sem nenhuma interveniência da escola, aqui considerado como agente propagador e mantenedora da norma de prestígio. *Pé de pau* encontra-se dicionarizada como demonstra o Dicionário de Língua Portuguesa que o define como “qualquer árvore silvestre” (1998, p. 1574), mas tal uso é mais encontradiço no meio rural e menos freqüente no meio urbano. Se o uso da catacrese pode ser um torneio estilístico na pena desse ou daquele autor, a forma utilizada pela comunidade é considerada mais freqüente do que a forma “arve”.

Cumpre-nos perguntar é que ações pedagógicas serão eficientes ao fornecerem aos utentes de uma variedade não prestigiada de formas lingüísticas alternativas melhor valoradas pela comunidade urbana e em que sentido essa contribuição pode favorecer na aquisição de padrões urbanos que venham a garantir melhor qualidade de vida e inclusão aos meios de comunicação comuns ao nosso século?

A simples audição, em uma classe urbana de primeira e segunda séries, da construção “pé de pau” soaria como algo destoante do contexto valorativo preconizado pelo ideal de urbanidade. Assim, podemos ver que a identidade lingüística se constitui a partir da identidade cultural. O processo identitário do indivíduo é construído gradativamente por meio das interações sociais estabelecidas por ele num determinado contexto. Através dessa identidade, que é cultural, constrói-se a sua concepção de mundo e, assim, a partir de uma vivência individual e coletiva



faz-se a leitura de mundo e a comunidade onde se vive é caracterizada. Nesse sentido, a identidade lingüística também acaba sendo desvelada, uma vez que o contexto é produzido a partir dos referenciais da cultura no qual o indivíduo está inserido. Assim, é possível supor que é pelo/no contexto que o falante adquire essa ou aquela linguagem, que constitui a sua identidade lingüística que se traduz na sua relação com seu grupo.

Mesmo sendo indivíduos heterogêneos com diferentes comportamentos e modo de ser esses alunos apresentam uma linguagem semelhante. Na fala está contida toda uma história, uma representação da cultura, além de ser portadora de outras características do contexto em que o indivíduo está inserido. O aluno está envolvido num contexto sócio-histórico-cultural e procura representá-lo a partir de suas formas de ser e estar no mundo. De acordo com dados preliminares dessa pesquisa, os alunos dessa comunidade são influenciados pelas características sócio-históricas do lugar em que vivem, que são fortes o suficiente para determinarem suas identidades lingüísticas e definirem suas peculiaridades, em contraste com os valores impostos pela escola que representa os valores da norma urbana escrita. Embora pareça um truísmo nunca é oneroso repetir que a bagagem dialetal que a criança traz consigo determina seu sucesso ou seu insucesso na vida escolar

A visão identitária que o indivíduo faz de si e de eu grupo interfere de forma peculiar nas expectativas de vida. Isso ficou claro ao longo da pesquisa quando perguntarmos aos alunos (os meninos foram mais contundentes ao responderem) o que queriam ser quando crescerem. A resposta foi quase uniforme. “Eu quero ser vaqueiro”. A situação das meninas é deveras preocupante. De cada 12 garotas entre 11 e 15 anos que estudam até a 3ª série ou que conseguem concluir a 4ª série naquela escola, 3 engravidam e param de estudar. São histórias como estas que caracterizam a comunidade e que precisam ser revistas pela comunidade. Não se ouve entre eles alguém que quisesse ser médico, psicólogo ou advogado ou pelo menos professor (que é o que está mais próximo deles).

Dados censitários referentes ao IDH, atestam que existe uma relação direta entre anos de escolarização e qualidade de vida. A Síntese de Indicadores Sociais (2003) aponta que fatores como mortalidade infantil, endemias e obtenção de bens duráveis e serviços estão ligados aos

anos de ensino e permanência na escola. O afastamento dos valores preconizados pela sociedade urbana e do aparato urbanizador alarga o abismo entre os diversos grupos sociais brasileiros, relegado aos pobres a manutenção de valores atávicos e a conservação do seu *status quo*.

Assim, como pensar o ensino da língua padrão numa comunidade rural sem energia elétrica e sem, conseqüentemente, acesso aos meios de comunicação que guia a sociedade na era da globalização? Supomos que se essa comunidade tivesse acesso pelo o menos a televisão os alunos teriam mais perspectivas para buscar uma vida melhor, pois a tv é influenciadora do ser humano. Ao buscar uma vida melhor a linguagem seria automaticamente modificada. Mas, como avaliar o impacto da tv na zona rural? Num certo dia nessa sala de aula um aluno que mora próximo a cidade e Potiraguá e que tem acesso a tv disse para um outro que mora na comunidade do Rio Pardo. “Eu já vi a Amazônia azul”. Esse aluno da comunidade sabe o que é Amazônia, mas entende que esta é verde. Em dúvida dirigiu-se a professora e perguntou: “tia, o que é a Amazônia azul? A professora ficou um pouco assustada com a pergunta, mas logo lembrou-se da propaganda da tv. O garoto pensava que a Amazônia azul era a mesma Amazônia, mas com as árvores azuis. A professora então foi explicar para ele que se tratava do mar que era azul e tão importante quanto a Amazônia, por isso a propaganda solicitava que nós cuidássemos do mar. Mas imagine como foi difícil para esta criança entender isso. Primeiro, por que o mais próximo do mar que ele conhecia era o Rio Pardo que tem uma cor escura, e o mais próximo da Amazônia era sua própria localidade.

Assim, a partir dos primeiros dados coletados e fazendo relação com a história da comunidade, percebemos que os alunos pesquisados mesmo estando na escola tendem a continuar falando da mesma forma que os seus pais (que, inclusive, quase todos são analfabetos), de acordo com o dialeto rural que acaba por seguir as raízes lingüístico-culturais da comunidade. E a partir disso, reconhecemos a possibilidade de uma tendência maior de coesão desses fenômenos lingüísticos na sala de aula na forma de falar e de escrever.

Nesse estudo preliminar, encontramos alunos com uma linguagem características da sua comunidade. São fenômenos lingüísticos comuns que foram reproduzidos ao longo do tempo,

sofrendo mudanças e variações e ao mesmo tempo se firmando e expandindo para a escola. A linguagem é capaz de revelar quem é o sujeito que fala e de onde ele é.

#### 4. Algumas considerações finais

O aparato escolar deve sempre estar disposto a discutir os meios utilizados no alcance da função social da educação: a permanente integração do homem ao meio. Considerando-se que as mudanças sociais são irreversíveis e de que os valores da nova sociedade impõe a inclusão digital e que se faz, mormente pela escrita, em que sentido o aparato escolar pode dar às comunidades ribeirinhas e rurais de Itapetinga condições para tal inclusão? Como apresentar valores culturais e lingüísticos novos sem denegrir os valores da comunidade? Assim, consideramos relevante terminarmos este artigo questionando e levando o leitor a refletir sobre o que aqui foi discutido.

#### 5. Referências

- ALKMIM, T. M. Sociolingüística. Parte I. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C.(orgs). **Introdução a lingüística: domínios e fronteiras**. v. 1. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAMACHO, R.G. Sociolingüística. Parte II. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C.(orgs). **Introdução a lingüística: domínios e fronteiras**. v. 1. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ELIA, S. **A Língua Portuguesa no mundo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FARACO, C. A. **Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 1991.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- LEITE, Y. & CALLOU, D. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Coleção Descobrimo o Brasil).
- MICHAELIS. **Moderno Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

SILVA, P. B.G e. Diversidade étnico-cultural e currículos escolares. **Caderno Cedes**. São Paulo: Papyrus, n. 32, p. 25-34, 1993.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, S.M.R. de. **Um outro olhar**: filosofia. São Paulo: FTD, 1995.

TEIXEIRA, I. C. Os professores como sujeitos sócio-culturais In: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.